

---

**REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE BRASILEIRA  
E ENGAJAMENTO POLÍTICO-SOCIAL  
LÚCIA RABELLO DE CASTRO**

REFLECTIONS ON BRAZILIAN YOUTH AND POLITICAL AND SOCIAL ENGAGEMENT  
LÚCIA RABELLO DE CASTRO

REFLEXIONES SOBRE LA JUVENTUD BRASILEÑA Y EL COMPROMISO POLÍTICO Y SOCIAL  
LÚCIA RABELLO DE CASTRO

---

*Tháís Serafim\**  
*Lara Grigoletto Bonini\*\**

Lúcia Rabello de Castro possui Doutorado em Psicologia e Mestrado em Desenvolvimento Social e da Personalidade, ambos pela Universidade de Londres, Grã-Bretanha, e tem Grau de Psicóloga e Licenciatura em Psicologia pela PUC-Rio. Autora e organizadora dos livros: “A imaginação emancipatória – Ashis Nandy e os desafios do século XXI” (2015); “O futuro da infância e outros escritos” (2013); “Juventude e a experiência da política no contemporâneo” (2012); “Falatório: participação e democracia na escola” (2010); “Pesquisa-intervenção na infância e juventude” (2008); entre outros, além de vasta produção de capítulos de livros e artigos científicos voltados para o campo da infância e juventude.

Atualmente é professora titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia desse instituto. É membro fundador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa na Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ), atuando no momento como coordenadora científica. Foi representante para a América Latina do Comitê de Sociologia da Infância da Associação Internacional de Sociologia (ISA), nos anos de 1994 a 2006, assim como do Comitê da Infância e Juventude da União Internacional de Ciências Etnológicas e Antropológicas (IUAES), de 2001 até o presente momento. No ano de 2014 foi eleita como Editora da Newsletter do Comitê de Sociologia da Infância da Associação Internacional de Sociologia (ISA).

A entrevista a seguir foi gentilmente concedida pela Professora Lúcia Rabello de Castro e realizada presencialmente na Universidade Estadual do Paraná/Câmpus de Campo Mourão no mês de abril de 2015, por ocasião de sua participação no V Colóquio Nacional Cultura e Poder: Interdisciplinaridade e formação humana, no qual compôs a mesa redonda intitulada: “Jovens na religião e na política”. Sua fala, apresentada a seguir, aborda importantes e atuais questões sobre a relação entre juventude e participação política na contemporaneidade.

**Para iniciarmos nossa conversa, gostaríamos que você contasse o que a motivou pesquisar e trabalhar os campos da infância e juventude, tão recorrentes em seu currículo e trajetória profissional.**

**Lúcia Castro:** Meu interesse é bem antigo, tanto o campo da juventude como o campo da infância são áreas do meu interesse. Já na graduação em Psicologia, a partir da identificação com uma professora, eu fiz monitoria na área de desenvolvimento humano e então o interesse foi crescendo e em seguida eu fiz estágio na área de terapia de crianças e jovens. Depois de graduada, decidi fazer o mestrado e o doutorado também nesta área, mas fora do Brasil. Hoje eu vejo que a escolha por estes temas teve raízes mais pessoais e profundas, inclusive da minha constituição como pessoa. Eu trabalhei muito tempo como psicóloga clínica de crianças e adolescentes e, no que se refere à pesquisa, dediquei praticamente toda minha vida ao estudo destas temáticas. Em alguns momentos, minhas pesquisas pendem para aquilo que hoje se denomina como juventude, que é este momento biográfico dos 15 aos 29 anos; em outros, estou fazendo pesquisas mais teóricas no campo da infância. Posso dizer, então, que eu nunca deixei de atuar e trabalhar nesse campo, e quando eu digo que meu interesse se deu por componentes pessoais, me refiro inclusive aos fatores inconscientes, de vínculos que fazemos com o campo da pesquisa que a gente vai tentando descobrir pela vida afora. Todo mundo tem as suas identificações!

**Percebemos atualmente certa dificuldade do meio científico em conceituar o que é adolescência e o que é juventude. Existem trabalhos que se referem à adolescência e outros à juventude, mas todos falando dos mesmos sujeitos, inclusive com a mesma faixa etária. A que você atribui essa dificuldade?**

**Lúcia Castro:** Quem começou a estudar estes temas foi a Psicologia e, enquanto tradição disciplinar, a Psicologia não tematizou a juventude enquanto juventude, mas sim enquanto adolescência. É importante mencionar que a Psicologia, por muito tempo, esteve concernida e focada em compreensões evolucionistas e biologizantes, e isso vem da forma como essa ciência constituiu-se epistemologicamente. Os temas do corpo e da sexualidade em relação à juventude, por exemplo, foram temas que a Psicologia abraçou e justamente por isso a forma de pensar o jovem tinha esse caráter, no qual as marcações estavam muito ancoradas nesse ser biológico, organísmico, que evolui e adquire outras capacidades, contribuindo para uma compreensão de fase, transição, etc. Como nenhuma ciência é descolada da realidade histórica e cultural, o nascimento dessa perspectiva sobre a adolescência se deu concomitantemente ao nascimento da Psicologia como ciência e a toda uma reorganização histórica, pelo menos das sociedades modernas, de um certo adiamento da plenitude adulta por meio da escolaridade, que se tornou mais longa, pelas possibilidades de uma

preparação e de uma moratória, etc.

Durante muito tempo a Psicologia ficou presa a esse modo de pensar, recortando o indivíduo de seu contexto, considerando as questões subjetivas enquanto internas, sem relação com as questões externas, relativas ao contexto social e cultural. Só mais tarde é que outras perspectivas teóricas foram desenvolvidas no campo da Psicologia, promovendo novas formas de problematizar os sujeitos jovens.

Foi recentemente, no final dos anos 1980, que as Ciências Sociais passaram a olhar para a infância e a juventude. Sendo assim, a Sociologia, e as demais Ciências Sociais, só vão se ocupar de alguma forma mais sistemática da infância e da juventude a partir dos anos 1980, e aí é possível observar duas questões:

1) A perspectiva delas é muito crítica em relação à perspectiva psicológica, considerada individualizante e universalizante. Por ser um campo de estudos surgido a partir de uma criticidade, bem como por um olhar avesso ao da Psicologia, o olhar sociológico constituiu-se como um campo à parte, dialogando pouco com a tradição psicológica que já existia.

2) Por este motivo, vejo que existe uma dificuldade das Ciências Sociais em tematizar as questões a não ser pelo viés construcionista onde há pouca elaboração sobre as determinações da materialidade sobre as construções históricas e sociais. Daí a importância do diálogo com outras disciplinas, inclusive com a Psicologia que sempre foi considerada como “capturada” pelo viés naturalizante da materialidade.

Diante desses apontamentos, o termo adolescência vem sendo usado mais amplamente pela Psicologia, enquanto que o da juventude pelas Ciências Sociais. Os dois termos, assim como o da infância, têm sido usados como exprimindo concepções muito distintas, separadas, como se eles não dissessem respeito a fenômenos relacionados, de modo que quem pesquisa sobre a perspectiva da infância ou da adolescência não conversa muito com quem pesquisa sobre a perspectiva da juventude e vice-versa. Dessa forma, o que vejo é um grande volume de trabalhos sobre juventude sendo publicados dentro da área das Ciências Sociais, mas que não dialogam muito com a área da Psicologia ou mesmo com outras áreas que também estão pesquisando a juventude sob outro ponto de vista teórico-conceitual. E aí, temos um grande problema. Pensar disciplinarmente hoje em dia é um retrocesso, pois o saber não é estanque. Assim, como falar do sujeito humano sem falar da sua cultura, sua história, etc.? É evidente que fazemos recortes estratégicos em nossas pesquisas, mas a compreensão tem que ser pautada sob várias perspectivas. Considero os estudos da infância e da juventude inerentemente interdisciplinares, até mesmo transdisciplinares. Portanto, mais uma vez, ressalto a necessidade de um diálogo entre as diferentes ciências que vêm tematizando a infância e a juventude, especialmente o campo das Ciências

Sociais e das Ciências Humanas. Uma perspectiva tem que ser complementada por outra(s).

Já no que se refere à faixa etária, existe uma marcação que vai além do trabalho das ciências, uma marcação jurídico-global. A ONU define que a juventude compreende a faixa etária dos 15 aos 29 anos, porque interessa aos tratados jurídicos internacionais que se denomine um determinado tempo da vida humana como juventude, por conta de políticas públicas, de recursos e em razão das leis que vão ser feitas. Mas dentro da constituição dos saberes científicos, às vezes procuramos dar sentido àquilo cujo sentido oficial provém de um outro campo, que é o campo dos tratados, que traz uma outra racionalidade. Portanto a marcação temporal tem sentido importante no campo jurídico-global. Ademais, se formos raciocinar em termos de idades, cabe a pergunta: o que vem a ser a idade? Este é um marcador complicado, levanta muitos imbróglios. São definições que, para nós do campo científico, não tem tanta importância e sentido, além do jurídico já mencionado. Dessa forma, entendo que é mais interessante que as ciências e seus pesquisadores possam se falar para além dessas marcações, que eles possam entender sentidos e prover sentidos que não sejam absolutamente regidos pelos índices etários. Isso porque tentamos definir em nossas pesquisas de quais sujeitos falamos, se jovens, adolescentes, crianças... Para isso a idade importa? Como essas denominações surgem? Por que interessam?

Para mim, a adolescência é uma perspectiva teórica sobre a juventude. Em outros países, por exemplo, o campo da infância e da adolescência ainda estão muito juntos, eles funcionam como campos de pesquisa bastante próximos. O fato de se ter uma menoridade jurídica que abarca todos os sujeitos de zero a dezoito anos faz com que no exterior, o momento biográfico compreendido como infância e adolescência seja tematizado sem tantos partidarismos como aqui no Brasil. Partidarismos, por exemplo, no sentido de definir a juventude como o que é distinto da adolescência, como vemos em tantos discursos e pesquisas, mas com pouco entendimento teórico do que vem a ser uma coisa ou outra. O que sempre me interpelou nesse campo da infância, da adolescência e da juventude foram esses problemas teóricos e conceituais. Essa questão de entender a criança e o jovem como seres em desenvolvimento sempre me causou certa perplexidade teórica, e o meu interesse em aproximar a juventude e a infância do campo político tem muito a ver também com a necessidade de responder a esse questionamento. Afinal, como pensar a possibilidade das crianças atuarem politicamente, ou dos jovens atuarem como sujeitos políticos, se você ainda pensa que eles são imaturos ou incompetentes, ou que precisam ter uma preparação cognitiva e moral para atuarem? Essas são grandes perguntas que a gente precisa responder.

**Atualmente você é coordenadora do NIPIAC (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e a Adolescência**

**Contemporâneas), núcleo fundador e mentor do Jubra, que teve em 2004 seu primeiro simpósio internacional sobre juventude brasileira e agora, em 2015, alcança a 6ª edição do evento. Conte-nos sobre seu trabalho no NIPIAC e os objetivos almejados com o Jubra.**

**Lúcia Castro:** O NIPIAC foi fundado em 1998 e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da UFRJ. Com o núcleo, buscamos formar profissionais e pesquisadores para atuação na área da infância e da juventude, estabelecemos intercâmbios com outros pesquisadores, atuando junto a organismos governamentais e da sociedade civil e promovemos ações e intervenções sobre problemas que afetam a infância e a juventude.

Por iniciativa do NIPIAC, em outubro de 2004, realizamos o Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (Jubra), no Campus Praia Vermelha da UFRJ. Foi uma iniciativa inédita no campo de estudos da juventude no país, que congregou mais de 600 pessoas, dentre pesquisadores – nacionais e internacionais, profissionais, estudantes e jovens. Por que simpósio internacional sobre a juventude brasileira? Parece uma contradição. Mas a ideia era contar com convidados estrangeiros que pudessem trazer contribuições de seus países para pensarmos e discutirmos a juventude brasileira, portanto o evento foi e continua sendo eminentemente nacional.

Coincidentemente, o ano de 2004 foi muito importante, pois se deslançaram alguns processos nos quais as questões da juventude ganharam presença marcante no cenário político, com a implantação de políticas direcionadas à juventude em vários estados do país e com a criação da Secretaria Nacional da Juventude. Destas políticas é importante mencionar que participamos de um grande projeto, desenvolvido um pouco antes, no ano de 2003, em parceria com o governo do estado do Rio de Janeiro, comandado pela Benedita da Silva<sup>1</sup>. Nesse projeto, atuamos em quase todas as comunidades pobres, objetivando mostrar o perfil dessa camada da população e fazer reflexões sobre como as mudanças na comunidade afetam a vida dos jovens brasileiros, sua visão de mundo e expectativas de futuro. Foi também por meio desta atuação que tivemos o interesse em realizar um evento que pensasse a juventude no país.

Quando fizemos o primeiro Jubra, não tínhamos a perspectiva de que ele continuasse. No entanto, no decorrer do simpósio, fizemos uma sessão de avaliação das atividades, e um dos pedidos foi de que o evento tivesse continuidade. Sendo assim, houve outras edições por força da própria demanda. Nossa ideia era de que o evento fosse feito a partir da universidade, porque a ela é um lugar privilegiado para pensar certas questões, principalmente a universidade pública, que não está totalmente comprometida com os financiamentos privados. Queríamos também um evento de caráter multi e interdisciplinar, ou seja, que aglutinasse Ciências Humanas e Sociais para pensar a juventude. Assim, o Jubra nasceu com essas duas marcas: um evento sobre juventude que fosse promovido a partir da

universidade, como um lugar que convocasse a sociedade civil, pesquisadores e jovens, para pensar e discutir as questões da juventude, e também que tivesse esse caráter mais interdisciplinar, enfocando a juventude por várias abordagens e tradições teóricas, disciplinares, conceituais.

Hoje o Jubra é um evento conhecido nacionalmente. Se criássemos uma institucionalidade para ele, haveria a possibilidade também de uma presença mais política ou mais politizada dos pesquisadores em relação a determinadas questões da juventude. Até o momento suas conquistas são muitas. Ele conseguiu estabelecer um amplo fórum sobre juventude, e já percorreu várias regiões do Brasil! Trata-se de um evento itinerante que vai a vários lugares em busca de diálogo, como já ocorreu no Rio de Janeiro, onde teve seu início, em Porto Alegre, Goiânia, Minas Gerais e no Recife. Gostaríamos muito que ele fosse para o norte do Brasil, mas antes precisamos adensar a rede de pesquisadores, criar uma capilaridade maior, com mais pessoas pesquisando sobre juventude e com uma presença nacional mais forte, eu diria até mais militante. Agora teremos a sexta edição do evento que acontecerá novamente no Rio de Janeiro, e será o momento de pensarmos sobre o seu futuro. O Jubra nasceu sem uma institucionalidade, sem qualquer associação científica por trás que desse respaldo, e isso é um complicador para a permanência do evento, porque há sempre aqueles questionamentos sobre o organizador, onde ou como se obterá recurso para sua realização, etc. Talvez tenha chegado a hora de criarmos uma institucionalidade para que o Jubra continue. Não queremos que ele acabe, porque nós sabemos da importância de criar pontos de contato e convergência entre pesquisadores que pensam e estudam as áreas da infância e juventude. Com certeza o Jubra tem muito chão pela frente e não é hora dele acabar!

**Em junho de 2013 e recentemente em 2015 as mídias têm mostrado um grande número de pessoas envolvidas em manifestos que têm como força base a atual situação política. Dessas manifestações, a juventude se destaca. Até pouco tempo, era comum ouvirmos que a juventude de hoje (se comparada com a do passado) não se engaja politicamente, no entanto o cenário atual parece mostrar o inverso. Como você entende a participação social e política dos jovens na atualidade?**

**Lúcia Castro:** Eu desconfio muito e tenho razões para discordar de uma visão de que os jovens não sejam engajados. Existe uma militância e um engajamento dos jovens que se faz atualmente por outras vias, diferentemente talvez de quarenta anos atrás. O que ocorreu em junho de 2013 deixou todos a pensar como que tanta gente de repente foi para a rua e por causas tão diversas. Aquelas manifestações foram deslanchadas por muitas questões, como da mobilidade, do transporte público, pelo direito da cidade, entre outras. Foi um estopim de muitas insatisfações, causas e incômodos, e de repente a sociedade brasileira se viu ali, em um espelho dizendo: "eu posso ser essa pessoa que reclama e que tem causas, vou para a rua por estas causas". Só

que estas infinidades de causas colocam uns num certo espectro e outros em outro. Assim, há aqueles que estão se enfileirando por causas nazistas, fascistas, homofóbicas, e aqueles tantos outros – principalmente em se tratando de jovens – que estão tentando pensar a questão do gênero, do direito à cidade, do direito à educação, da desmilitarização da polícia, da criminalização da juventude, que são outras pautas. O grande problema é que temos uma infinidade de pautas, e também uma dificuldade de transversalizar essas pautas. Se cada um fica no seu canto, entoando a sua bandeira, a luta por um país melhor se enfraquece. Precisamos pensar de uma forma mais global, totalizadora, ter um projeto de sociedade e desenvolvimento que beneficie a todos. Temos um modelo atual de desenvolvimento que visa o lucro a qualquer custo, no qual a economia é o princípio e a lógica reguladora de tudo. Nesse modelo, a gente come agrotóxicos e transgênicos, tira toda água do solo, contamina esse solo, e do que adiantará? Logo todos nós morreremos de câncer, ou por falta d'água! Deixam-se de lado os valores da vida humana. Estou apenas passando por essas questões, mas elas levam a crer que as manifestações de junho de 2013, em certo sentido, ainda não terminaram. Não terminaram porque existe um recrudescimento da direita conservadora no Brasil, e os grupos de jovens conservadores estão se organizando muito bem, cada vez mais, e os jovens da esquerda não conseguem traçar equivalências nessas lutas que ficam, eu diria, por causas muito pontuais. E aí está uma questão que a gente vai ver como vai se desenrolar daqui para frente... eu não sei, mas temos que apostar em uma esperança, uma visão mais utópica. Na Espanha, por exemplo, conseguiram organizar o partido Podemos<sup>2</sup>, liderado por Pablo Iglesias Turrión, e que se constitui na quarta força política do país. E isso se deu em decorrência da revolta, do descontentamento da situação em que a Espanha ficou nos últimos anos. Enfim, o que será que vai acontecer no Brasil para que também haja, junto com os jovens, lutas que possam ser disseminadas na sociedade? Será que vai ser o problema da água, cada vez menos possibilidade de termos acesso a ela? Pode ser! Em um país rico de água como o Brasil, no qual todas as águas são contaminadas, os rios não têm mais peixe, a água sendo utilizada basicamente para a agricultura, para um agronegócio que consome trilhões de litros, e também para uma indústria que polui, quem sabe... Vão acontecer algumas catástrofes, alguns cataclismos para as pessoas saírem da comodidade, começarem a pensar. Aí quem sabe os jovens possam levantar também essas bandeiras com alguma transversalidade entre os grupos, como foi com a questão do Passe Livre.

**Em algumas de suas pesquisas você e seus colaboradores destacam o trabalho solidário como uma das atividades das quais os jovens mais participam hoje em dia. Pouco envolvimento se dá no âmbito político partidário. Você vê nas atividades de cunho solidário uma forma de ser e fazer política?**

**Lúcia Castro:** Primeiramente, é importante mencionar que – de acordo com

nossas pesquisas – aquilo que os jovens nomeiam como trabalho solidário não tem nada a ver com assistencialismo ou caridade, nem com aquilo que dentro da língua francesa se chama *bénévolat*<sup>3</sup>, que seria o trabalho beneficente e altruísta. Por isso, o trabalho solidário é uma categoria que, nós cremos, tem muito a ver com uma conjuntura brasileira, pela nossa história e nossa cultura, e é exatamente isso que distancia daquilo a que os jovens se dedicam em outros países – principalmente Canadá, Estados Unidos e França –, que seria esse trabalho beneficente de caráter assistencialista. Fazemos essa distinção porque entendemos que os jovens brasileiros estão falando e fazendo uma outra coisa.

A desigualdade social é uma questão crucial para que o jovem brasileiro assuma esse trabalho solidário. Crucial no sentido de que a interpelação que o jovem sente de estar convocado a sair do lugar dele (por exemplo, lugar de universitário, de burguês de classe média, ou até mesmo de um jovem favelado) e se engajar em um trabalho ou em uma causa, na qual ele passa a pensar coisas que nunca tinha pensado, e aí surge o interesse em contribuir com a comunidade. A percepção de uma situação de injustiça e desigualdade tem movido os jovens em busca de uma sociedade melhor, mais justa. Este engajamento é potencialmente político, porque existe nele uma situação estrutural de injustiça. É diferente, por exemplo, do jovem que quer fazer um trabalho solidário porque lhe aflige ver um pobre sem ter o que comer, e então todos os sábados ele participa de uma atividade que lhe provê comida. O trabalho, tal como a gente entendeu nos grupos pesquisados<sup>4</sup>, possui uma percepção em maior ou menor grau, de uma desigualdade estrutural na sociedade brasileira. Outro ponto importante é que esses jovens talvez não queiram militar na política, ou melhor, no partido político, por acharem que esta ação não teria um efeito imediato na vida das pessoas que estão oprimidas e em situação de injustiça. Assim, eles buscam por uma ação mais imediata, direta e local, que se caracteriza pela via do trabalho solidário. A via da ação política institucional tem sido criticada por ser inerte, burocratizada, e – por que não dizer – paquidérmica. Nesse sentido, o trabalho solidário tem essa visada política, de construir ou reformar a sociedade, mas que se constrói a partir daqui, a partir do “meu canto”. Pode ser algo paradoxal, porque por vezes eles também vão achar que construindo apenas ali no seu canto eles não vão de fato reformar a sociedade, mas talvez os partidos políticos também não. A adesão ao trabalho solidário parece ser uma forma de saírem do lugar de espectadores para serem protagonistas de uma mudança, mesmo que pequena.

## **Notas**

\* Mestranda e bolsista Capes/Fundação Araucária pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Unespar/Câmpus de Campo Mourão. E-mail: serafim\_thais@hotmail.com

\*\* Mestranda e bolsista Capes/Fundação Araucária pelo Programa de Pós-Graduação



Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Unespar/Câmpus de Campo Mourão. E-mail: larascs@hotmail.com

<sup>1</sup> Benedita da Silva foi vice-governadora do Rio de Janeiro em 1998, na chapa de Anthony Garotinho. Com a renúncia do Governador, para concorrer à Presidência da República em abril de 2002, Benedita assumiu o governo do estado do Rio de Janeiro, tendo exercido seu mandato por nove meses.

<sup>2</sup> **Podemos** é um partido político espanhol fundado em 2014 situado no espectro político da Esquerda. Tem como secretário geral o eurodeputado Pablo Iglesias Turrión, analista político e ex-professor interino de Ciência Política. Participou nas eleições europeias de 2014, quatro meses depois da formação do partido e logrou cinco cadeiras (de 54) com 7,98% dos votos, sendo a quarta candidatura mais votada na Espanha. Em menos de uma semana tornou-se o partido político espanhol mais seguido nas redes sociais superando partidos tradicionais.

<sup>3</sup>Voluntariado.

<sup>4</sup> Para mais informações, ver os textos: CASTRO, Lúcia Rabello; PÉREZ, Beatriz Corsino; SEIXAS, Conceição Firmina. Os jovens no trabalho solidário: novos rumos da participação política? **Juventude.br** (Centro de Estudos e Memória da Juventude), v. 5, p. 42-47, 2010; CASTRO, Lúcia Rabello; MATTOS, Amana Rocha. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a acção política a partir da juventude. **Análise social**, v. XLIV, p. 793-823, 2009.

Recebido em: abril de 2015.

Aprovado em: junho de 2015